Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

			Expeça - se
☐	**REQUERIMENTO**	Número / (.ª)	Publique - se
X	**PERGUNTA**	Número 160 / XIV (1 .ª)	2019-11-18
			O Secretário da Mesa
			Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2019.11.18 21:20:57 +00:00 Reason: Location:

Assunto: Requalificação do edifício do tribunal de trabalho de Oliveira de Azeméis

Destinatário: Ministra da Justiça

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Numa recente visita que o Bloco de Esquerda fez ao Tribunal de São João da Madeira, ficamos a conhecer, para além dos problemas das instalações no edifício de São João da Madeira, problemas que se verificam em mais edifícios da mesma Comarca. Desses edifícios foi várias vezes destacado o Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis, pela sua urgente necessidade de ser intervencionado devido a infiltrações, chuva dentro do edifício e a deterioração do mesmo.

A manutenção dos edifícios dos tribunais da Comarca de Aveiro são da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, entidade essa que já foi notificada da situação, mas até ao momento nada fez. Existem 4 edifícios prioritários: no concelho de Ovar, Arouca, o tribunal do trabalho em Oliveira de Azeméis e o tribunal de família e menores, em Aveiro.

O Bloco de Esquerda vem por isso questionar o Ministério da Justiça e propor que sejam desbloqueadas as verbas necessárias para todos os edifícios prioritários da Comarca de Aveiro.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Justiça conhecimento desta situação?
2. Perante a necessidade de requalificar e manter o espaço, vai o Governo interceder junto do IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça) de forma a que sejam desbloqueadas as verbas necessárias para o Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis?
3. Tendo em conta a necessidade de mais edifícios precisarem de ser intervencionados, que medidas pretende encetar a tutela de forma a garantir essas intervenções?

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2019

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.